

**PROPOSTAS DO PCdoB-RJ
PARA O RIO AVANÇAR**

PCdoB

Com

**Dilma e Cabral para
avançar nas mudanças**

65

Junho de 2010





PROPOSTAS DO PCdoB-RJ PARA O RIO AVANÇAR

O Brasil e o Rio de Janeiro vivem momentos de grandes expectativas.

Nossa nação diversifica seus parceiros comerciais e interfere em candentes temas internacionais, sempre em defesa da paz, da soberania, autodeterminação e do diálogo entre os povos, em especial na América Latina, onde a postura do Brasil tem sido fundamental para fortalecer e ampliar a união com os países irmãos.

Contrariando todas as previsões que vaticinavam um 2010 com o Brasil mergulhado na crise e na recessão, o que vemos é um país com um crescimento projetado em mais de 6% do PIB, apesar da política de juros altos. São marcas do governo federal, a garantia da estabilidade econômica, política e democrática, o crescimento econômico com inclusão social, com geração de emprego e renda.

O Estado do Rio de Janeiro, graças à acertada política do governo estadual de união com o governo federal, vem colhendo frutos do bom momento que o país atravessa, com investimentos federais que favorecem a economia do estado. Depois de anos com uma relativa estagnação do crescimento econômico e social em diversos setores, o nosso Estado já dá mostras de recuperação e poderá dar um salto no seu desenvolvimento se aproveitar, nos próximos anos, os grandes investimentos já contratados e as novas oportunidades surgidas com a exploração do pré-sal e da realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

No entanto, o campo conservador se articula. Caminhamos para um embate presidencial que deixa nítida a disputa entre dois projetos, opondo de um lado os que ajudaram a construir a exitosa experiência de oito anos do governo Lula, unidos em torno da candidatura de Dilma presidente, e do outro lado o campo de oposição direitista a Lula, que pretende reconduzir o Brasil à trágica experiência neoliberal, que tantos prejuízos acarretou ao povo brasileiro e fluminense.

Em nosso estado, as forças conservadoras, capitaneadas pelo PSDB e pelo DEM, com envolvimento do PV e do PPS neste pleito, construíram um palanque que une a oposição neoliberal, mas buscam confundir o eleitorado, apresentando um candidato ao governo com remoto passado de esquerda.

O embate não será fácil, mas só a união das forças democráticas e progressistas do Rio de Janeiro poderá realizar o grande investimento político, econômico e social capaz de aprofundar as mudanças em curso, reduzindo as desigualdades e dando condições dignas de vida ao povo do nosso Estado.

Nesse sentido, o PCdoB-RJ envidará o melhor dos seus esforços para a vitória da Chapa Sergio Cabral Governador, Luiz Fernando de Souza Pezão Vice-Governador, Lindbergh Farias e Jorge Picciani Senadores, além de buscar eleger um grande número de deputados federais e estaduais comunistas, como expressão em nosso estado do fortalecimento do campo progressista, garantindo que o Brasil e o Rio persistam e avancem no caminho que teve início com a vitória de Lula em 2002.

Convicto de que melhorar as condições de vida do povo fluminense terá de ser ação prioritária de um governo democrático e progressista para os anos de 2011-2014, o PCdoB apresenta ao Governador Sérgio Cabral, aos partidos aliados e à população, sua plataforma para o Estado do Rio de Janeiro, elencando iniciativas e diretrizes que, do nosso ponto de vista, são fundamentais para um ciclo duradouro de desenvolvimento com justiça social.



DESENVOLVIMENTO, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, VALORIZAÇÃO DO TRABALHO, JUSTIÇA SOCIAL

- 1) O Governo Estadual deve se empenhar para que os grandes investimentos públicos dos três níveis de governo, federal (as obras do PAC), estadual e dos municípios, no campo político, econômico, tecnológico e social, viabilizem a vinda para o Rio de Janeiro da maior parte da cadeia produtiva dos seus grandes complexos em franca expansão: complexo de petróleo e gás, complexo químico-farmacêutico, complexo turístico, complexo cultural e complexo esportivo.
- 2) Consolidar macro-projetos econômicos e de logística e criar instrumentos de governabilidade articulados com a região metropolitana, com extensão para a política de transporte, saúde, meio ambiente e cultura.
- 3) Ampliar o PAC para todas as grandes favelas e áreas de grande concentração popular do Estado, direcionado a projetos habitacionais e de infra-estrutura de saneamento e energia, articulado a ações de geração de renda. Garantir transversalidade às políticas de cultura, educação, esporte.
- 4) Concluir e ampliar outras grandes obras de infra-estrutura como a do Arco Metropolitano.
- 5) Viabilizar transporte de massa sobre trilho na capital e região metropolitana. Transformar os ramais da central e Leopoldina em metrô de superfície. Intensificar o transporte aquaviário de passageiros e a integração entre os modais aquaviário, ferroviário e rodoviário. Baratear as passagens com bilhete único, com tempo de validade adequado à realidade urbana. Garantir a implementação das especificações de acessibilidade.
- 6) Por conta das condições comprovadamente deploráveis que oferecem aos passageiros, reforçar o papel do estado na fiscalização e controle do Metrô, dos Trens e das Barcas, punindo com rigor as empresas concessionárias desses serviços essenciais, o que inclui a possível cassação das referidas concessões.
- 7) Fortalecer e modernizar o complexo aeroportuário.
- 8) Valorizar o setor estatal da economia fluminense, fortalecendo as empresas estatais.
- 9) Garantir que a realização das Olimpíadas deixe um real legado para o Estado, beneficiando principalmente os setores populares, proporcionando acesso universal ao esporte e cultura, que será usado como instrumento pedagógico, socializante e preventivo para grande parcela de nossa juventude, através de equipamentos que devem ser propriedade do Estado e que fiquem como legados concretos para o uso da população. Garantir também atividades culturais, esportivas e turísticas que permitam a sustentabilidade econômica e de gestão desses equipamentos.
- 10) Garantir o cumprimento constitucional na distribuição dos royalties, que estabelecem compensação especial para os Estados produtores e transparência na aplicação desses recursos no atendimento às necessidades da população
- 11) Universalizar o acesso aos bens e serviços culturais, ao patrimônio material e imaterial da cultura, fortalecendo a diversidade, entendendo a cultura como direito essencial, social e humano, como também vetor estratégico do desenvolvimento econômico, pelas cadeias da economia criativa industriais ou não.
- 12) Difundir a inclusão digital, com geração de conteúdo Educativo e Plural.



13) Investir e fortalecer a indústria do turismo e cultura, como suporte para a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

14) Promover ações permanentes para a redução do desemprego e para o aumento do rendimento médio mensal do trabalho. Manter e implementar políticas concretas de desenvolvimento das cadeias industriais do setor naval, siderúrgico, metal-mecânico, energia, cultura, químico-farmacêutico, pesca, entre outros. Garantir recursos e políticas de inovação científica e tecnológica.

15) Defender o Rio Paraíba do Sul contra sua transposição

16) Fomentar o desenvolvimento da agricultura no estado, com ênfase para o pequeno agricultor e agricultura familiar.

17) Desenvolver um plano de investimento, gestão e estruturação das áreas de proteção ambiental, parques e outras unidades de conservação estadual ou municipais, assim como no entorno, uso de fontes alternativas de energia e biocombustíveis de forma a compatibilizar a necessidade de preservação e as oportunidades de desenvolvimento sustentável.

DIREITOS SOCIAIS

18) Superar as desigualdades sociais, com políticas de desenvolvimento que levem em conta, sobretudo, a Baixada Fluminense.

19) Valorizar o magistério público estadual, investindo em melhores salários e condições de trabalho. Ampliar a informação e universo cultural do magistério. De forma urgente, incorporar ao piso a gratificação da Nova Escola, cancelando o parcelamento.

20) Ampliar, na saúde, a capacidade de funcionamento das centrais de regulação e integrar o funcionamento das Centrais de Regulação da Região Metropolitana. Integrar a rede de referência nas áreas de média e alta complexidade ambulatorial e atenção hospitalar. Ampliar o número de UPAS e integrá-las ao sistema, estabelecendo articulação com atenção básica e hospitais. Melhorar a qualidade do atendimento à urgência e emergência. Consolidar e coordenar a articulação metropolitana. Aplicar, pelo menos, o piso constitucional mínimo para ações e serviços de saúde.

21) Criar a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o que corresponde aos grandes desafios enfrentados ainda hoje na luta contra a discriminação e o machismo, que continuam condenando as mulheres a papéis subalternos. A criação da Secretaria estaria em consonância com a política nacional do Governo Federal e seria importante instrumento para fazer avançar lutas fundamentais como a igualdade no mundo do trabalho, universalização da licença maternidade de seis meses, coordenar junto com os municípios implantação de rede de creches e pré-escola em tempo integral, garantir a implementação da lei "Maria da Penha" contra a violência doméstica contra as mulheres, o fortalecimento do atendimento às mulheres no SUS, entre outras.

22) Criação do Conselho Estadual de Comunicação com caráter deliberativo e representação paritária do Governo, da sociedade civil e dos empresários.



- 23) Continuidade e ampliação das Unidades de Polícia Pacificadora, com a implantação de UPPs na Baixada Fluminense e nas principais cidades do interior do estado. Capacitar a corporação policial para dar tratamento humanizado e respeitoso à população
- 24) Valorizar, na segurança pública, o trabalho de inteligência, evitando ao máximo o uso da violência policial.
- 25) Garantir o repasse de verbas constitucionais no sentido de fortalecer as universidades públicas estaduais.
- 26) Valorizar o funcionalismo público estadual, com melhores salários e mais investimento em capacitação. Implementar PCCS, em especial os já aprovados em lei.
- 27) Reduzir o déficit habitacional com incentivos à construção de moradias para a população de baixa renda, retirando toda a população de áreas de risco, de forma democrática e garantir proximidade com as áreas de ambiência e história dessa população, com infra-estrutura adequada e acesso a transporte.
- 28) Saneamento com água potável e esgoto tratado para todos os domicílios do estado sobretudo da Região Metropolitana. Para isso, fortalecer o papel da Cedae como empresa pública com a criação do Conselho Estadual de Saneamento Tripartite.
- 29) Massificação da educação com aumento nas matrículas do ensino médio para jovens entre 15 e 18 anos. Ampliar e qualificar cursos de educação e de capacitação profissional nas diversas áreas. Integrar cultura, de forma consistente, na grade curricular.
- 30) Ampliação dos programas de trabalho e renda para jovens.
- 31) Definir e desenvolver, em parceria com os municípios, um programa de educação ambiental a partir das escolas públicas.
- 32) Reforçar os mecanismos de consulta popular e controle social, como os conselhos, no sentido de aprofundar a democracia direta, assegurando ao povo influenciar cada vez mais na implementação de políticas públicas e demais decisões do estado.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2010.

Comitê Estadual do PCdoB - RJ